

DOSSIÊ RIO — FAVELA É CIDADE

# Dossiê Rio — Favela é cidade

## Contribuições ao debate sobre direito à cidade

### Expediente

Uma publicação do Ibase

Setembro de 2022



# ibase

INSTITUTO BRASILEIRO  
DE ANÁLISES SOCIAIS  
E ECONÔMICAS

### Parceria

Ledub/UFRJ

### Participações



# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	4
2	PERSPECTIVAS DAS FAVELAS DIANTE DE SEU DIREITO À CIDADE .....	8
2.1	AGENDAS PRIORITÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO PARA UMA POLÍTICA PERMANENTE DE INTERVENÇÕES EM FAVELAS .....	10
2.2	OS IMPACTOS DA DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS DE INTERVENÇÕES URBANAS NAS FAVELAS SOB A ÓTICA DA CIDADANIA ATIVA LOCAL .....	21
2.3	OS IMPACTOS DA DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS DE INTERVENÇÕES URBANAS NAS FAVELAS SOB A ÓTICA DA CIDADANIA ATIVA LOCAL - SEGUNDA PARTE .....	29
2.4	NOVAS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM FAVELAS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DOS COLETIVOS DE FAVELAS .....	36
3	FAVELAS - UMA CONDIÇÃO URBANA DE CARÁTER NACIONAL .....	46
4	CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE - SP .....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60

UM



# INTRODUÇÃO

O Ibase desde sua fundação esteve inserido na discussão das questões urbanas, na luta contra a especulação imobiliária, remoções e exclusões territoriais. O direito à cidade é um tema que faz parte da história dessa instituição. O foco constante de nossa atuação, em diversos projetos, tem sido os territórios de favelas e periferias no Brasil.

Nos últimos anos o Ibase vem reestruturando sua organização institucional frente aos novos desafios que se apresentam no espaço urbanos à nível local, nacional e internacional. Neste contexto retoma e dá continuidade, como uma de suas ações estratégicas, à luta pelo direito a cidade. Cidades que a nosso ver estão cada vez mais desiguais.

Recentemente o Ibase organizou duas lives que trataram de temas relacionados ao direito à cidade como a moradia no centro do Rio de Janeiro e as intervenções urbanas em favelas.

As políticas habitacionais implantadas nos últimos anos pela esfera pública privilegiaram o deslocamento compulsório dos pobres para áreas das cidades precárias de infraestrutura e escassez de serviços públicos, estendendo a malha urbana sem os investimentos necessários para o seu bom funcionamento.

Discutir atualmente o direito à cidade é um tema necessário e urgente, principalmente diante do quadro político brasileiro onde a maior parte da população brasileira vê violados seus direitos básicos fundamentais de sobrevivência. O Ibase, conjuntamente com várias entidades e movimentos sociais,

participou ativamente do processo de organização da Conferência Popular pelo Direito à Cidade realizada em junho em São Paulo, que teve como objetivos centrais:

- Construir, democraticamente, uma PLATAFORMA DE LUTAS URBANAS voltada para o combate à desigualdade social e à predação ambiental.
- Participar da redemocratização do país por meio de uma articulação nacional de agentes, atores e entidades vinculados à vida urbana e produção das cidades
- Inserir o tema das cidades no PROJETO NACIONAL a ser definido socialmente por ocasião das eleições de 2022.

Integrando as atividades de pré-conferência, o Ibase organizou no Rio de Janeiro o evento preparatório “Perspectivas das Favelas na luta pelo Direito à Cidade”, visando dar visibilidade às agendas prioritárias da cidadania ativa das favelas pelo direito à cidade. Para este encontro foram convidados lideranças e coletivos de favelas das Áreas de Planejamento (APs) da Cidade do Rio de Janeiro.

Na Conferência Popular pelo Direito à Cidade realizada em São Paulo nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2022, além dos membros da direção e pesquisa, o Ibase convidou e viabilizou a participação de quatro lideranças das favelas Rocinha, Providência, Indiana e Complexo da Maré do Alemão. Acreditamos que as representações das favelas precisam estar presentes nos espaços de discussão sobre as cidades e possam contribuir com suas vivências, percepções, sabedorias e demandas concretas por mais direitos de cidadania. É necessário que as vozes, narrativas e testemunhos ganhem visibilidade, que possibilitem emergir ações transformadoras.

O Ibase espera contribuir com o debate público sobre o Direito à Cidade comprometido com a ampliação dos direitos de cidadania sempre destacando a importância de priorizar o tema das favelas e periferias como central no debate urbano.



DOIS

# PERSPECTIVAS DAS FAVELAS DIANTE DE SEU DIREITO À CIDADE

A seguir está o documento elaborado a partir do debate “Perspectivas das favelas diante de seu direito à cidade” realizado pelo Ibase, em 28 de abril de 2022, em sua sede, com a parceria do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ledub/UFRJ) e a participação da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), do Museu Sankofa – Memória História da Rocinha, da Cooperativa Shangri-lá, do Instituto Raízes em Movimento, do Coletivo Brota na Laje, do Grupo ECO/Santa Marta, do Movimenta Caxias, das Brigadas Populares, da ONG Redes da Maré e de lideranças de favelas. Contamos com o apoio das mandatas coletivas da vereadora Tainá de Paula (Partido dos Trabalhadores / Rio de Janeiro – PT/RJ) e da deputada estadual Mônica Francisco (Partido Socialismo e Liberdade – Psol/RJ). Os objetivos do evento foram debater, sob a ótica da cidadania ativa das favelas, a descontinuidade das políticas públicas de urbanização e seus impactos e efeitos nos territórios; ampliar e atualizar o debate sobre novas perspectivas de intervenções públicas nas favelas e sobre participação; contribuir para incluir na pauta das políticas local, estadual e nacional o retorno das políticas de urbanização de bairros autoproduzidos ou de baixa renda, garantindo um amplo diálogo em sua concepção e implementação e incorporando novos

olhares; dar visibilidade às agendas prioritárias da cidadania ativa das favelas pelo direito à cidade. Leia as principais questões levantadas pelos(as) presentes ao encontro.

## 2.1 - AGENDAS PRIORITÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO PARA UMA POLÍTICA PERMANENTE DE INTERVENÇÕES EM FAVELAS

O debate começa com a vereadora Tainá de Paula, que preside a Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Tainá inicia cumprimentando todos e todas e fazendo sua audiodescrição universal. Complementa que está como parlamentar na cidade do Rio de Janeiro num contexto de retirada dos direitos das favelas. A partir desse recorte, reflete sobre a importância de um pacto federativo mais radicalizado e centrado nos desafios que se tem para a favela.

Destaca que há a consolidação de uma agenda pública baseada na desigualdade e, por isso, a existência de projetos transversais que discutam a pauta da favela é fundamental. Ela cita o “Minha Casa, Minha Vida”, programa significativo na agenda de enfrentamento da questão habitacional, além do “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)-Favelas”, que promoveram ações diretas dentro das favelas, sendo o Rio de Janeiro uma das cidades que mais recebeu recursos.

Além da presença de diferentes governos federais nesta agenda, ela lembra que a cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, promoveu projetos de intervenções nas favelas de diferentes maneiras, desde ações mais conservadoras e agressivas até intervenções mais avançadas, como “Favela Bairro”, “Morar Carioca” e “Morar Carioca 2”, apresentando uma visão

crítica sobre este último projeto e as disputas necessárias dentro dele.

Tainá cita cinco pontos relacionados ao que a favela precisa, afirmando que a intervenção cartesiana que entra na favela sem metodologia clara e sem participação do favelado nas deliberações é uma ação que já não cabe mais no contexto atual, principalmente, considerando que acabamos de sair de um período pandêmico em que a organização de ações pelos moradores de favelas foi a principal forma de enfrentamento da crise nos territórios. Nesse contexto, uma agenda de participação da favela nas decisões deve ser central. Não cabe, portanto, a perpetuação da exclusão da população favelada dessa discussão e, da mesma forma, não cabe a intervenção violenta. Assim, a chave da participação popular é o primeiro ponto trazido por ela.

Segundo ponto citado por Tainá é sobre como territorializar o orçamento público, direcionando-o para a favela, especialmente, nos municípios, onde deve ser disputado o dinheiro usado para perpetuar a lógica de intervenções pontuais nas favelas. Ela critica o pensamento de que uma intervenção irá, magicamente, resolver as contradições na favela e defende que não se pode renunciar a práticas de continuidade nos territórios. Afirma que o financiamento urbano direcionado à favela é fundamental, sugerindo, para isso, direcionar fundos advindos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras taxas cobradas de áreas privilegiadas da cidade.

O terceiro ponto é sobre como incluir a favela nos debates relacionados a questões climáticas. Ela explica como, recentemente, as discussões e os tratados sobre o clima caminharam, mas, ainda assim, não deram conta de lidar com a crise ambiental que o Rio de Janeiro vive em seus territórios de favela.

Ela cita a despoluição de rios e outras questões hídricas desses espaços.

Como quarto ponto, ela ressalta que o debate de combate à droga precisa voltar ao centro das discussões e ser incorporado às agendas urbanísticas. Ela cita a criação de centros de atendimento a pessoas dependentes de álcool e drogas e pontua questões sobre política da liberdade, desencarceramento penal e controle dos agentes de segurança pública.

Em uma quinta chave, ela traz o ponto da metodologia da intervenção, citando o desgaste da metodologia que vem sendo usada no Rio de Janeiro. Reivindica que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deve ser guia para decisões sobre as emergências nas favelas, sendo um direcionador de quais territórios devem receber as ações. Segundo Tainá, o “Morar Carioca” foi uma oportunidade perdida de gerar mudanças concretas em territórios que se encontravam com maior grau de vulnerabilidade, pois as decisões foram tomadas por interesses políticos, e não sociais.

Ela finaliza desejando que consigamos criar ações mais humanistas e mais próximas da realidade das favelas.

Athayde Motta, diretor do Ibase, agradece a fala de Tainá. Sandra Jouan, também do Ibase, chama para a mesa a deputada estadual Monica Francisco e Filipe dos Anjos, que está representando Rossino Castro Diniz, presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj).

Filipe inicia sua fala agradecendo ao Ibase, apresentando-se como secretário-geral da Faferj e como integrante do mandato da deputada Monica Francisco na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Ele fala sobre a Federação, criada em 1963, contextualizando o momento histórico, véspera do Golpe de 1964. Nesse período, o governo de João Goulart

programava uma reforma urbana, que dialogava com o momento em que o país vinha se tornando mais urbano, crescendo de forma desordenada. Com a ditadura, o projeto foi interrompido, e a Faferj foi colocada na clandestinidade, sofrendo repressão. Ele conta como os territórios de favela sofreram durante o período ditatorial, citando incêndios criminosos em seus espaços, e que a história de resistência das favelas durante a ditadura foi apagada.

O lema da Faferj nos anos 60 era: "Urbanização sim, remoção nunca!". Com isso, Filipe destaca que a história do Rio de Janeiro traz, em diversos momentos, esse processo de retirada da população pobre dos centros urbanos.

No contexto do surgimento da Faferj, as comunidades tinham fortes organizações de moradores e, com a ajuda do Partido Comunista, a federação foi criada para propor a troca entre essas associações. Ele cita os interesses empresariais no Golpe de 1964, tanto nacionais como internacionais, e como esses interesses vetavam que o governo realizasse mudanças em prol do crescimento da população pobre.

Filipe explica, então, qual o principal trabalho atual da Faferj: dar suporte às associações de moradores e lideranças das favelas, especialmente, em questões burocráticas. A organização enxerga esse trabalho como uma forma de potencializar os espaços valorizando a vida em comunidade, que caracteriza e fortalece a favela, na contramão do individualismo, fruto do capitalismo.

Assim, a organização democrática popular dentro da favela reforça a democracia no dia a dia. Esse poder de associação entre os moradores, defende Filipe, pode ter sido momentaneamente esquecido nos territórios favelados, mas não foi esquecido pela burguesia nacional. Prova disso são as organizações

empresariais, como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), que se unem, embora já milionárias, para fazerem valer seus interesses. Ele cita também a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que participaram abertamente do Golpe de 2016, que destituiu Dilma Rousseff da Presidência.

Ele fala sobre a falácia da meritocracia, defendida pela burguesia nacional, e pontua como as associações anteriormente citadas defendem essa lógica meritocrática e lutam por políticas públicas a partir disso.

Filipe traz, então, o conceito de “Cidade Pirata”, afirmando que, em partes do Rio de Janeiro, como na Zona Oeste, os moradores só têm acesso a serviços “piratas”, ou seja, fornecidos pela milícia local, que não lhes permite consumir de fornecedores legalizados. Essa é uma consequência do vácuo deixado pelo poder público nesses espaços.

Ao mesmo tempo, Filipe comenta as escolhas dos cariocas nas urnas nos últimos anos, pontuando políticos eleitos pelo povo que acabaram sendo presos por corrupção e propondo uma visão crítica para instituições, como a sua, sobre como chegar de maneira mais efetiva com as discussões sobre questões políticas à população das favelas.

Por fim, ele comenta sobre ações governamentais que não propõem diálogo com a população local, realizando uma política vertical, pela qual as ações chegam aos territórios de cima para baixo. Filipe finaliza sua fala agradecendo o convite e se disponibilizando para o debate.

A palavra é passada para Monica Francisco, que inicia agradecendo a todos do Ibase e afirmando que estar presente no espaço da instituição é rever memórias de lutas e perceber o quanto foi perdido a partir do Golpe de 2016. Destaca como a

destituição de Dilma Rousseff foi um processo violento, realizado por um grupo opressor que ainda está presente no governo. Ela pontua que fala a partir de seu lugar de mulher negra e favelada e ressalta a importância de fazer um debate sobre cidade interseccionalizado, ou seja, trazendo questões de raça, gênero e classe.

Monica faz um recorte para a cidade do Rio de Janeiro que, nos anos 90, iniciou sua política de intervenção oficial com o programa “Favela Bairro”. Ela lembra que a articulação solidária e a organização comunitária sempre integraram os territórios das favelas a partir dos moradores. Porém, pontua que os projetos oficiais têm baixa participação popular. Contextualiza, então, a década de 1990, quando surge o “Favela Bairro”, afirmando que, nesse período, a democracia vinha se consolidando e destacando a presença das Organizações Não Governamentais (ONGs) nas favelas. Dentro deste projeto, ela pontua recortes possíveis: urbanização, participação popular, respeito à manutenção das famílias no território; ao mesmo tempo, há a preocupação da ampliação das ruas para garantir maior acesso das forças de segurança. Assim, ainda havia neste período mobilização popular, assembleias, participações. Entretanto, a configuração da cidade está em mudança devido ao início da organização dos grupos armados, das facções etc.

A partir do encerramento do “Favela Bairro”, percebe-se um sucateamento do que foi construído durante sua implantação. Após, a deputada cita o “PAC-Favelas”, programa que tenta avançar naquilo que o programa anterior não conseguiu. Surgido no início do governo Lula, vinha trazendo impacto positivo nas condições de vida da população e na efervescência de outros grupos, em especial de mulheres, além das associações de moradores, que passam a emergir nos territórios. Monica

cita a entrada da população preta nas universidades, o que possibilitou a discussão de realidades das negras e dos negros no ambiente acadêmico e gerou diálogos sobre que cidades queremos construir.

Por outro lado, temos o aumento da intervenção da segurança pública nos territórios das favelas, além do crescimento das milícias e dos grupos armados, que constituem de fato a lógica da cidade hoje.

Além do “PAC-Favelas”, ela cita o projeto “Água para todos” e como a discussão sobre “água” sempre foi uma questão de disputa na relação favela-poder público, ressaltando a privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae).

Ainda sobre as transformações nas favelas, Monica segue reafirmando o surgimento de novas formas de organização, o aumento da violência e da letalidade da juventude e o consequente surgimento de coletivos de mães de vítimas da violência do estado. Sobre este último ponto, Monica, então, salienta a importância da discussão da questão de gênero: são as mulheres que farão o enfrentamento, as denúncias e que criam situações de sobrevivência, movimentando consigo a estrutura — a ruptura democrática está impressa no corpo das mulheres negras. Cita o caso do assassinato de Marielle, ressaltando como sua presença de mulher negra incomodava por denunciar a escassez e a ineficiência das políticas públicas nos territórios.

Além disso, fala sobre a potência da juventude periférica no enfrentamento atual das questões ligadas à favela, citando a organização deste grupo no enfrentamento à pandemia e o slogan “Nem tiro, nem fome, nem covid”.

Falando sobre a agenda de seu mandato, Monica coloca como a presença da mulher negra nos espaços legislativos im-

põe com seu corpo e sua presença uma demanda. Assim, destaca que seu mandato vem dissecando o orçamento do estado como forma de denúncia do descaso com estes territórios e, principalmente, com a vida das mulheres negras. Pontua que deixar a população sem dinheiro, trabalho e comida é um projeto político, pois impossibilita que o povo tenha capacidade de organização e participação social.

Ela também cita dados sobre famílias chefiadas por mulheres e mães solas — segundo a Fiocruz, elas são 57% do total — e sobre o desemprego no Rio de Janeiro, pior que a média nacional — a taxa nacional é de 11,9% e a do Rio, 14,2%. Segundo Monica, isso fala muito sobre o projeto político do estado.

A receita do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, em 2021, de R\$ 4,1 bilhões, não foi utilizada para seu fim. A receita para esse ano foi de R\$ 5 bilhões, porém, apesar de estarmos em abril, não foi realizada ainda nenhuma ação por parte do governo. Já para a segurança pública, foi direcionado R\$ 12 bilhões de reais. De acordo com Monica, essa diferença denuncia as escolhas do governo estadual sobre as populações negras e faveladas. Com isso, ela finaliza sua fala.

## **Debate com participação da plateia**

Simone, integrante do Grupo ECO, da favela Santa Marta, presente na plateia, pergunta a Filipe se ele considera que tem havido mais participação das associações de moradores nas favelas e, caso não, como podem fortalecer este ponto nos territórios em busca de maior participação política.

Filipe responde que o momento atual, em que a lógica do pensamento individualista é forte na sociedade, dificulta as organizações coletivas. Mas, ao mesmo tempo, pontua que, durante a pandemia, por conta do

descaso das três instâncias do governo com os territórios vulneráveis, foi o movimento social que garantiu apoio à população. Ele se emociona ao citar casos de voluntários que doaram seu tempo às ações sociais se expondo ao Covid, afirmando que se não fossem as associações de moradores e os movimentos sociais trabalhando durante a pandemia, a população teria ficado ainda mais desassistida. Ele explica, então, que isso demonstra que o descaso com a população é um projeto do governo.

Ele fala que o trabalho comunitário nas favelas é difícil, pois existe uma estrutura feita para isolar as pessoas umas das outras, mas que não existe outro caminho para o avanço.

A próxima pessoa da plateia a participar da discussão é Ruth Sales, que se apresenta como oriunda da Favela Indiana e, hoje, habitante de uma residência do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Ela explica que o reassentamento do “Minha Casa, Minha Vida” foi muito difícil para sua comunidade, uma vez que acabou por dividir as lideranças locais pela divergência de opiniões sobre a forma como ele seria feito, e que isso foi consequência da maneira como as ações do governo ocorreram no território.

Ela cita que esses projetos sobre moradia chegam de forma vertical à comunidade, sem discussão com os moradores, tendo presença efêmera no território. Finaliza destacando a importância de fortalecer a Faferj, entidade que pode reforçar a luta unificada das favelas.

Filipe responde à fala de Ruth, citando que, neste momento, o avanço está difícil e que a esperança da Faferj é que, em 2022, haja uma mudança no governo para que a instituição possa deixar de ser oposição. Ter ocupado esse lugar nos últimos anos vem tirando força da organização por conta dos ataques que recebe constantemente.

Retornando a fala à plateia, Reinaldo de Santana toma a palavra. Ele inicia falando sobre o movimento dos Pontos de Cultura e o processo de desmonte que vêm sofrendo. Afirma que 16 Pontos perderam seus espaços para o poder paralelo (milícias) que se instauraram em seus territórios, alguns deles perdendo até seus equipamentos. Reinaldo denuncia também que mulheres, trabalhadoras domésticas, foram sequestradas durante o período da pandemia por seus patrões ao serem impedidas de voltar para suas casas com a desculpa de que, no deslocamento, poderiam trazer Covid para o trabalho. Reinaldo conta que muitas dessas mulheres têm, hoje, sequelas emocionais, como síndromes do pânico, e que não conseguem mais trabalhar como domésticas.

Maurício Dutra, integrante da Redes da Maré, do eixo de direitos urbanos e socioambientais, traz um questionamento. Ele diz que muito foi falado sobre as intervenções verticais nos territórios e da necessidade de se contrapor a isso. Ele questiona a mesa sobre como os movimentos e as lideranças das favelas podem participar dos espaços de decisões das políticas públicas.

Monica responde que este é um ponto fundamental das pautas políticas atualmente. Ela destaca como, hoje, há um aprofundamento da pobreza, que dificulta, entre outras coisas, a participação popular nos espaços. Pensar nesta mobilização, portanto, é um desafio até mesmo para os parlamentares, trazendo questões sobre como proporcionar uma estrutura para a participação da população favelada (como passagem de ônibus e alimentação).

Ela cita que a criação pelo parlamento do “Dia Estadual de Mobilização para Enfrentamento da Covid-19 e seus impactos nas Favelas e Periferias” foi fruto de uma incidência dos coletivos populares no parlamento. Comenta como a Faferj poderia estar contribuindo na potencialização

e na intermediação dos grupos favelados nos contextos políticos, porém, se encontra enfraquecida pelo atual contexto político.

Filipe comenta sobre a barreira burocrática que se instaura entre coletivos sociais e a possibilidade de participar de debates da esfera pública governamental que exige, por exemplo, ter registros de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e outras regulamentações. Ele conclui que não se deve romantizar o processo de organização popular, pois é um caminho de mais derrotas que vitórias, mas é o caminho possível.

Filipe retoma dois assuntos em sua fala: a questão da segurança pública, propondo debates sobre militarização da polícia, e o combate à corrupção que, afirma, só acontecerá quando houver participação social efetiva nas deliberações sobre as questões que envolvem o cotidiano da população.

Sandra pontua a discussão que foi feita, enfatizando que é necessário debater sobre o modelo democrático. Afirma que é fundamental o reforço do ativismo político, pois ele traz a mobilização política que pressiona as instâncias governamentais. Ela conclui que a elite não quer a mudança e que, portanto, a pressão social é fundamental. Cita, além da Faferj, movimentos sociais de moradia, cultura e outros. Por fim, pontua que a discussão sobre o racismo estrutural tem que ser incorporada nas lutas sociais para que a real transformação seja possível.

## 2.2 - OS IMPACTOS DA DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS DE INTERVENÇÕES URBANAS NAS FAVELAS SOB A ÓTICA DA CIDADANIA ATIVA LOCAL

Alex Magalhães inicia se apresentando como docente da UFRJ e coordenador do Ledub. Ele afirma a importância de ouvir aqueles que são das comunidades e atuam em seus espaços e que a mesa da qual participa é uma oportunidade para isso. O intuito da mesa é debater os impactos da descontinuidade das políticas de intervenções urbanas nas favelas sob a ótica da cidadania ativa local, que são as lideranças convidadas, com representantes de diferentes Áreas de Planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro. Ele explica que a proposta de discussão foi dividida em duas mesas, acontecendo uma neste horário da manhã, com falas de representantes das APs 1, 2 e 3, que abrangem as regiões Centro, Zona Sul e Zona Norte, respectivamente. No decorrer do evento, haverá a mesa com representantes também das APs 4 e 5, que abrangem a Zona Oeste. Ele passa a palavra aos integrantes da mesa.

Antonio Firmino, liderança da Rocinha, inicia. Ele é morador dessa favela e faz parte de diversos movimentos no território, como o “Museu Sankofa - Memória e História da Rocinha”, o “Rocinha Resiste” e o “Rocinha Sem Fronteiras”. Começa dizendo como é importante falar sobre solidariedade e empatia, considerando que o momento da pandemia tem trazido situações delicadas para a população.

Segundo Antonio, falar sobre a Rocinha é também falar sobre a constituição das favelas na cidade. O fato de a abolição da escravidão ter sido realizada sem nenhum movimento de reparação da situação da população até então escravizada fez com que acontecessem as ocupações desordenadas dos espaços.

Ao falar sobre segurança pública e favelas, ele cita que a polícia militar foi criada para proteger os bens de quem os possui e que isso influencia no entendimento do porquê da presença dessa instituição nos espaços de favela.

Ele fala sobre como a abolição não significou igualdade, destacando, por exemplo, a falta de espaço para participação da população preta na política.

Antonio faz uma crítica ao uso do termo “comunidade” e afirma que prefere os termos “favela” e “favelado”. Explica que este primeiro termo vem de fora para dentro, a partir de ações que não propõem a participação dos moradores e, por isso, é importante reapropriar-se do termo favela como uma ação de luta. Conta dos tempos dos Mutirões na Rocinha e outras favelas que promoveram limpeza, abertura de valas e outras ações de infraestrutura com participação dos moradores.

O líder comunitário argumenta que não vivemos ainda uma democracia completa, considerando a desigualdade instaurada, a falta de moradia popular etc. Ressalta, entretanto, que é bom saber que queremos essa democracia e a busquemos em um processo contínuo, sem desacreditar dele.

Ele cita o processo de urbanização do “Complexo da Rocinha” e explica que o nome incomodava pela palavra “complexo”, que pautava dividir e repartir a favela em unidades. A partir dessa reflexão, ele expõe concretamente a dificuldade da população favelada de participar das políticas públicas direcionadas para ela. Pontua sobre o “PAC-Favela”, afirmando que o projeto foi frustrado por não ter completado as ações de saneamento básico.

Ele conta que todos esses projetos não tiveram uma discussão com moradores dos territórios e que são colocados como se fossem favores feitos às favelas. Afirma que é um desafio falar de cidadania no contexto da favela, pois o morador foi

privado de direitos como o do deslocamento pela cidade devido aos custos de transporte, entre outras questões.

Antonio, então, fala sobre a questão da segurança pública e afirma que devemos questionar e discutir sobre o processo que trouxe as armas para dentro das favelas e sobre como a ação do poder público de direcionar a repressão para a favela é uma forma de controle para que não aconteçam insurgências contra o governo. Ele finaliza sua participação agradecendo.

A fala passa para Ruth Sales, liderança da Favela da Indiana que se apresenta como oriunda dos movimentos comunitários e das mulheres nas favelas, ativista do movimento negro, petista e contribuidora do mandato da vereadora Tainá de Paula, defendendo que os espaços políticos devem ser ocupados pelas mulheres negras e pelos homens negros.

Ruth cresceu na Favela Indiana, que surgiu de uma ocupação, na década de 1960, muito reprimida durante sua constituição. Ela conta sobre sua família, a luta pela moradia e contra as tentativas de desocupação que a favela viveu.

Ao falar disso, introduz o tema das desocupações, contextualizando a visão sobre a escravidão e o surgimento dos quilombos nos espaços mais afastados da cidade como resistência. O processo de abolição da escravidão deixou o povo preto apartado da cidade, não tendo proporcionado uma estrutura e um projeto público de integração, marginalizando-o. Historicamente, governantes — todos homens brancos — praticaram a remoção da população de espaços centrais, colocando-a em espaços afastados e dificultando seus acessos à cidade.

Ruth cita, então, a luta em sua favela para evitar mobilizações e a utilização da usucapião como ferramenta para garantir o direito à terra e à moradia para as pessoas em ameaça de despejo.

Conta que, na época da Conferência Eco-92, as questões ambientais foram utilizadas por parte do estado para justificar as desocupações, acusando moradores de causarem desmatamento e poluição em alguns espaços.

Finalizando, Ruth cita o “Minha Casa, Minha Vida”, fazendo críticas pontuais à forma como o programa foi implementado, uma vez que foi descaracterizado durante o processo e chegou desestruturado às comunidades. Uma das consequências disso foi a divisão das lideranças comunitárias, questão que precisa ser resolvida. Ruth encerra sua fala.

Cosme Felippen, liderança do Morro da Providência, inicia sua fala fazendo uma intervenção artística cantando as músicas “Saudosa maloca”, de Adoniran Barbosa, e “Barracão”, composição de Luís Antônio e Oldemar Magalhães, conhecida na voz de Elizeth Cardoso.

Segue dizendo que fica muito feliz em estar neste espaço e inicia uma fala sobre o Morro da Providência e seu surgimento. Conta que faz parte do “SOS Providência”, que surgiu no contexto da pandemia como comitê de crise propondo ações de sobrevivência para a favela. Destaca, então, que o papel exercido por esse projeto e tantos outros deveria ter sido exercido pelo poder público, que abandonou a população pobre durante o momento delicado da quarentena. Em 2021, o “SOS Providência” foi contemplado em um edital e segue, com isso, sua atuação em 2022. Atualmente, estão realizando um censo socioeconômico e cultural na Providência através de um aplicativo desenvolvido pela Universidade de Harvard, destacando como é importante ter essas estatísticas sobre a favela para pensar as ações necessárias no território que, vindo de uma iniciativa da própria população favelada, contribui para que não sejam distorcidas as reais necessidades do espaço por interferências externas.

Como contradições das intervenções do poder público na favela, ele cita que, no Morro da Providência, tem Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mas não tem creche nem clínica da família e tantos outros serviços.

Ele questiona a guerra às drogas, pontuando que esse termo é uma falácia, pois é, na verdade, uma guerra direcionada à população negra periférica. Cita também como as remoções em seu território causaram interrupções que afetaram a memória cultural e a saúde das populações. Questiona, então, ações da atual Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. O prefeito tem defendido que seu governo abraça questões raciais, porém, não realiza ações concretas de mudança, como garantir representatividade em seu secretariado.

Ele retoma a questão da guerra às drogas, reafirmando que é uma guerra ao favelado. Traz, então, a discussão sobre a descriminalização das drogas, pois falar sobre isso é falar sobre a liberação de corpos de negros e negras. Ele contextualiza a situação, colocando como o tráfico de drogas não se inicia nem termina na favela e fala sobre a situação de pessoas presas cujo crime era carregar quantidades pequenas de drogas e que, hoje, se encontram desassistidas dentro do sistema carcerário. Cosme afirma que não existe, no Brasil, pena de morte no papel, porém, na prática, existe um poder na mão da polícia armada que pode decidir sobre a execução de jovens negros. Ele encerra sua fala.

Kátia Batista, liderança do Morro do Juramento, pontua sua concordância com os temas e os assuntos levantados pelos colegas de mesa e ressalta, lamentando, que nenhuma ação social tem acontecido em sua favela.

## Debate com a participação da plateia

Filipe dos Anjos pergunta para Ruth, a partir do que ela trouxe em sua fala, como o “Minha Casa, Minha Vida” poderia melhorar e, para Cosme, pede que fale um pouco sobre como ele realiza o trabalho de turismo em sua favela e como o poder público poderia apoiá-lo.

Ruth Sales responde que, dentro dos espaços do “Minha Casa, Minha Vida”, há a dominação de movimentos do tráfico e da milícia. Portanto, há uma discussão para a retomada dos territórios desses movimentos que pede uma intervenção em nível de projeto político. Além disso, há o fato de os moradores não conseguirem permanecer em suas casas, tendo questões como a dificuldade de pagar contas do imóvel e, por isso, deveriam ser assistidos pelo governo, como era, inicialmente, previsto no programa.

Cosme responde a Filipe explicando que é guia turístico e coordena um projeto chamado “Rolê dos Favelados”, que realiza tour por territórios de favelas. Conta como o projeto começou e como seu engajamento na luta contra as remoções no Rio de Janeiro trouxe novas perspectivas para esse trabalho. Explica que o “Rolê dos Favelados” acontece de maneira independente, com parceria entre as favelas.

Reinaldo de Santana, da plateia, propõe questões para a mesa. Ele fala sobre a mudança na geografia das favelas que teve o intuito de receber as intervenções policiais, lançando um olhar crítico sobre a guerra às drogas. Fazendo um paralelo com a fala de Cosme, lembra que há toda uma cadeia produtiva no tráfico que vai além da favela e que olhar para esse caminho leva à descriminalização dos usuários. Ele cita o exemplo do Uruguai, onde, segundo ele, a discussão dessas questões levou a uma baixa da criminalidade nos bairros negros.

Falando para Ruth, ele defende que o programa “Minha Casa, Minha Vida”, parado há 6 anos, foi um projeto que se aproximou de promover uma revolução por propiciar casa própria para as famílias de baixa renda.

Cosme argumenta que a discussão sobre drogas é muito mais questão de saúde pública do que de segurança pública, dizendo ser favorável que o uso da maconha deixe de ser considerado crime, principalmente, porque isso se reflete no encarceramento da população negra. Ele ressalta que uma pesquisa feita sobre efeitos das drogas no ser humano indica que o álcool causa mais danos que a maconha.

Ruth traz considerações sobre o “Minha Casa, Minha Vida” em diálogo com o que foi dito por Reinaldo, ressaltando que, de fato, houve benefícios com o programa. Acrescenta que o processo de construção de casas por cooperativa citado por ele é sim mais interessante para as favelas, como foi no processo de surgimento de algumas delas, como Nova Holanda e Shangri-lá, mas que é um processo ainda mais difícil de ser realizado devido às articulações necessárias entre comunidades, poder público e associações de terceiro setor.

Ruth compartilha as dificuldades que passou durante a residência em seu apartamento do programa “Minha Casa, Minha Vida”: seu local de moradia foi dominado pelo tráfico, e a violência próxima a sua casa tornou insustentável sua permanência. Com isso, ela pontua novamente a questão da estrutura do tráfico de drogas, que não se inicia na favela. A estrutura —é promovida por camadas privilegiadas da população, que sustentam o esquema e têm como ponto final as favelas e os espaços periféricos.

Finaliza ressaltando que a reparação histórica é necessária para construir mudança efetiva nos espaços da favela.

Antonio Firmino diz que todos os bairros deveriam ter preocupação com suas histórias e identidades. Ele pontua como um governo não dá continuidade ao que outro começou e que a escolha pela descontinuidade é uma escolha política violenta para os espaços da favela.

Ele cita a importância de cobrar e exercer nossa cidadania cotidianamente, revendo nossas formas de organização social. É importante para o povo negro buscar participações e discutir “que país nós queremos” e que ações (comunicação, compartilhar conhecimento) podem ser tomadas em prol da transformação das realidades.

Alex Magalhães, mediador da mesa, traz uma questão para Katia Batista, liderança do Morro do Juramento, pontuando que ela trouxe uma questão ainda mais grave, que é não ter nenhum projeto em seu território. Ele diz que isso chama atenção, pois, das favelas representadas na mesa, esta é a mais afastada da região central ou privilegiada da cidade.

Katia responde que as propostas apresentadas na associação não são consistentes e, por isso, não têm permanência. Ao mesmo tempo, Reinaldo de Santana, participante da plateia, levanta que, no Morro do Juramento, há grupos como time de futebol amador e grupos de quadrilhas, existentes há muitos anos, além de Casas de Candomblé, Cavalhada, Rezadeiras. No entanto, esses grupos não têm visibilidade nos espaços em que as discussões ocorrem e, por isso, não são valorizados. Reinaldo ressalta, então, que é preciso mudar o foco a partir do qual se olha para o Juramento e orientar as lideranças em questões burocráticas.

### 2.3 - OS IMPACTOS DA DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS DE INTERVENÇÕES URBANAS NAS FAVELAS SOB A ÓTICA DA CIDADANIA ATIVA LOCAL - SEGUNDA PARTE

Filipe dos Anjos faz a abertura, chamando os debatedores que integram a mesa. O mediador lembra que o tema da discussão será “Os impactos da descontinuidade das políticas de intervenções urbanas nas favelas sob a ótica da cidadania ativa local” e ressalta que a história do Rio de Janeiro é a história da remoção, construída em um processo chamado de gentrificação. Ele passa a palavra para os convidados.

Jurema Constâncio, liderança da Comunidade Shangri-lá, inicia sua fala agradecendo o convite. Ela é nascida e criada em Jacarepaguá e recorda o processo de remoção que ela e sua família passaram durante sua infância. Ressalta que é um processo muito doloroso para as famílias e que o estado não considera isso durante o processo.

Conta, fazendo um paralelo com a mesa da manhã, a história da Cooperativa de Shangri-lá, da qual faz parte, a primeira cooperativa popular do Rio de Janeiro surgida dentro de uma favela e que já foi apoiada pelo Ibase. Ela nasceu em parceria com uma pastoral católica a partir de um grupo religioso que estava sempre presente na comunidade e contribuía com ações para a transformação local. Por meio das articulações feitas por essa cooperativa, foi descoberto que havia a possibilidade de usucapião do território, e esse foi o primeiro processo realizado. Ela narra seu engajamento com a questão do direito à habitação digna na favela.

Jurema lembra a importância de retomar os trabalhos de base, que considera terem sido esquecidos nos últimos anos, e de atentar para as articulações das associações de moradores.

O movimento de cooperativa no qual atua nasce da ideia de não querer que outras pessoas cheguem à favela e digam o que deve ser feito porque parte de uma ideia de autogestão.

Ela explica a dupla demanda que a sua cooperativa atende: a interna, da favela, e a externa. Assim, a Cooperativa Shangri-lá constrói casas para os moradores da favela e, ao mesmo tempo, gera renda com a venda de materiais de construção para a comunidade externa. Jurema cita entidades que apoiaram a cooperativa, ressaltando o apoio precário da Prefeitura ao projeto.

Atualmente, estão retomando os trabalhos da Cooperativa Shangri-lá. Ela ressalta que, neste território, as mesmas famílias residem há 30 anos. Isso é fruto de um trabalho consistente que gerou valorização do espaço em que trabalhou a cooperativa. Jurema conta que a cooperativa sofre assédio da milícia de Jacarepaguá, lembrando que a busca por retomar os trabalhos coletivos da cooperativa tem relação com o processo de se fortalecer para se defender do avanço dos milicianos. Fazendo um paralelo com a fala de Kátia, da mesa anterior, ela lembra que as associações, de modo geral, sofrem com esse enfraquecimento na cidade do Rio de Janeiro, fruto, principalmente, da presença do tráfico e das milícias. Ela narra fatos de abuso e violência da milícia e da polícia sobre moradores de favelas da Zona Oeste.

Resume, assim, que a cooperativa é uma alternativa para retomar trabalhos de base e comunitários. Fala sobre o trabalho realizado durante a pandemia de doação de cestas básicas na Zona Oeste e como esse movimento ressaltou a pobreza dos sub-bairros de Jacarepaguá. Foi um grande movimento, com doação de 3 mil cestas básicas.

Jurema finaliza pautando o porquê das ONGs sumirem do país e defendendo que cooperativas e associações são alternati-

vas de mobilização das comunidades para fazerem as ações por si mesmas. Ela ressalta, mais uma vez, a importância de retomar o trabalho de base nas favelas.

Antes de dar continuidade às falas, a mediação da mesa pontua as ausências de Maria Angélica Moraes Duarte, liderança da Comunidade do Cavaleiro, no Complexo do Chapadão, e José Luiz Germano da Silva, liderança de Santa Cruz, por questões pessoais. Maria Ivonete Vieira, liderança da Fazenda Mato Alto, inicia sua fala pontuando a dificuldade de realizar trabalho de base devido à intervenção das milícias no território.

Ela narra as ações que sua organização realiza de infraestrutura do território, doação de cesta básica, assistência às famílias moradoras do local. Conta sobre as negociações necessárias com o poder paralelo que se instaura na comunidade para evitar enfrentamentos com o grupo. Apesar disso, ressalta as ações locais possíveis, narrando situações de extrema dificuldade que alguns moradores passam. Fala sobre uma área específica da favela que sofre com questões de infraestrutura e que tem buscado parcerias institucionais para ajudar, visto que o poder público se omite.

Filipe, que integra a Faferj, diz que compreende a situação que Maria e sua comunidade vivenciam e passa a palavra a Mauro. Mauro André dos Santos Pereira, liderança da Zona Oeste, inicia agradecendo e se apresentando, dizendo que se identificou com a fala das colegas de mesa. Ressalta que a AP 5, da qual faz parte, representa 48% da cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, pontua como a cidade é partida e que sua região é colocada à margem da parte nobre da Zona Oeste.

Mauro conta sobre a descoberta do processo de autonomia na luta por seu território quando percebeu que não poderia depender do poder público, que deixava abandonada sua área.

A partir disso, estudou Ciências Biológicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e foi ao encontro de participação e mobilização popular em prol de políticas públicas ambientais e sociais.

A primeira ação do movimento que Mauro integrou foi em prol de uma terra em Campo Grande, em torno da qual existe a Comunidade Carobinha, considerada a mais violenta do bairro, dominada pela milícia. Ao se formar, decide não sair de sua favela e cria a ONG Defensores do Planeta para atuar direto em seu território e pensar no meio ambiente e na agroecologia a partir de uma perspectiva social. Pontua, por exemplo, a presença dos produtores rurais desses espaços, que fornecem à cidade alimentos orgânicos, mas não são valorizados.

Mauro narra, então, o movimento de ocupar espaços de controle da cidade para que fossem escutados. Atualmente, participa do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro, pautando, principalmente, o racismo ambiental. Denuncia, então, a poluição da Baía de Sepetiba, que afetou fortemente a população local. Após muita luta, conseguiram limpar uma parte dessa baía, mas narra diversos outros empreendimentos empresariais no território que vieram em seguida e lutas que seguem sendo necessárias.

Ressalta que os territórios da Zona Oeste estão extremamente vulneráveis às questões climáticas causadas, principalmente, por empresas multinacionais instaladas na região. Mauro denuncia diversas situações, fruto do projeto de descaso por parte do governo, além das ameaças que sofreu por denunciar os abusos que o território e a população da Zona Oeste sofrem.

Sobre direito ao território, Mauro destaca como a milícia monopoliza serviços, como de internet, gás etc., que só são permitidos se comprados dos grupos milicianos locais. Mauro fala

mais uma vez sobre a questão da cidade partida, exemplificando que, para chegar ao Centro, onde o evento está acontecendo, demorou 2 horas e 30 minutos devido à falta de estrutura do transporte público da cidade. Denuncia também a descontinuidade dos projetos públicos, como o já citado programa “Minha Casa, Minha Vida”. Na Zona Oeste, o programa é dominado pela milícia, que expulsa moradores assim que eles chegam às suas moradias.

Em relação ao contexto do Covid, Mauro ressalta que bairros como Santa Cruz, Guaratiba e outros da Zona Oeste foram os que mais sofreram com a situação pandêmica, pois são territórios em que há mais informalidade, situações extremas de pobreza e falta de estrutura de moradia e água. Ele narra ações que fizeram durante o período para possibilitar a sobrevivência da população. Pontua também o auxílio à população de refugiados venezuelanos, congolese e de outras nacionalidades que se encontram em grande número na Zona Oeste e que estão esquecidos pelo governo.

Mauro ressalta que o governo do Rio de Janeiro firma compromissos ambientais com a comunidade internacional, mas tem ações de racismo ambiental, como as citadas em sua fala. Filipe ressalta que a fala de Mauro traz a perspectiva de que existem várias realidades dentro da cidade do Rio de Janeiro.

## **Debate com participação da plateia**

Maurício Dutra, integrante da Redes da Maré, inicia perguntando a Mauro o que é racismo ambiental. Mauro responde que é quando uma cidade começa uma transformação pautando o desenvolvimento apenas para alguns territórios e deixando outros esquecidos, planejando para os “esquecidos” políticas públicas que não dialogam com o local.

Mariane Rodrigues, da Redes da Maré, é moradora da Maré e ressalta que, em seu território, tem a questão do tráfico de drogas, fazendo um paralelo com a fala das mulheres integrantes da mesa que falaram sobre a presença das milícias. Ela pergunta, então, como elas se relacionam e se articulam com os grupos que dominam o local.

Jurema responde ressaltando que conhecer seu território por toda a sua vida lhe mostrou algumas possibilidades. Ela narra situações em que as milícias, ao chegarem a novos espaços, promovem violências, como roubos, para que a população fique dependente do poder miliciano para garantir sua proteção e, assim, abra espaço para que entrem no território. Ela conta que, em sua cooperativa, presencia o assédio da milícia sobre os jovens com esse intuito. Jurema ressalta, então, que a culpa dos roubos praticados por jovens não deve cair sobre eles, mas sobre o sistema que os leva a essas ações que é estruturado, inclusive, pelo próprio poder público. Ela reforça que seu território ainda não foi invadido pela milícia por ser uma cooperativa fechada e organizada, mas que existe o assédio, e denuncia situações opressoras que acontecem com moradores de sub-bairros de Jacarepaguá por causa do poder do tráfico e das milícias.

Mauro também responde à pergunta, contando que os trabalhos de suas organizações ocorrem em uma comunidade em que a milícia é muito rica e domina todas as associações de moradores locais. Narra como precisou negociar com a organização miliciano para atuar no local. Ele conta que foi ao exterior denunciar os crimes ambientais que acontecem no Brasil, mas ao retornar ao seu território precisou explicar para os milicianos como eram suas atuações em organizações como as Organizações das Nações Unidas (ONU), pontuando nesta conversa que não trabalha em parceria com nenhum partido político e atua com conscientização ambiental no território. Com isso, conseguiu a concessão para o trabalho no local, porém, está sempre em alerta.

Retomando a participação da plateia, Reinaldo de Santana fala sobre a Zona Oeste. Conta sobre as mudanças ambientais no local e também de ações culturais, como as de teatro comunitário, que participa ou conhece nesse território. Narra sobre a experiência de alguns jovens conhecidos que, por meio da arte, encontraram oportunidades de intercâmbio e estudo e se tornaram articuladores culturais.

Reinaldo fala de sua ligação com os Pontos de Cultura e da movimentação necessária para que recebessem maior investimento na Zona Oeste. Ressalta outros pontos invisibilizados da região, como as comunidades indígenas, quilombolas e ciganas. Conclui, então, que é importante e urgente pensar na recuperação dessas tradições presentes nesses territórios. Propõe que desta reunião saia uma rede, encontros locais, falando em prol de um espírito comunitário, proposta que é acolhida com entusiasmo por todas as pessoas presentes.

Osmar traz a última fala da plateia, ressaltando o compartilhamento inicial no café da manhã, o acolhimento que recebeu no evento e a ajuda de custo para o deslocamento que possibilitou que todos estivessem presentes. Ele ressalta a importância de voltar para sua comunidade e socializar o que aprendeu e construiu, como fez após finalizar sua formação. Ele fala em prol do coletivo, da socialização, do caminhar com o outro e do trabalho de base e com a juventude.

## 2.4 - NOVAS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM FAVELAS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DOS COLETIVOS DE FAVELAS

Felipe Nin, mediador, inicia a mesa se apresentando e parabenizando o Ibase pela discussão apresentada. Ele introduz o tema da mesa, “Novas perspectivas de intervenções públicas em favelas e o processo de participação sob a ótica dos coletivos de favelas”, ressaltando que as relações da favela com o estado são sempre conflituosas.

Ele convida os participantes da mesa. Estão presentes: David Amen, do Instituto Raízes em Movimento (Alemão); Renan Oliveira, do Coletivo Brota na Laje (Borel); Simone Lopes Ribeiro, do Grupo ECO (Santa Marta); Thuane Oliveira, do Movimento Caxias (Duque de Caxias); Mariane Rodrigues Gonçalves, da Redes Maré (Complexo da Maré).

Simone Lopes Ribeiro abre a mesa e enfatiza sua felicidade de estar presencialmente, pois sentia falta do encontro coletivo. Ela se apresenta e fala sobre o Grupo ECO, ONG que atua no Santa Marta há 43 anos. As ações da ONG são variadas, em áreas sociais, de educação e cultura. Abre trazendo a história do Santa Marta, pontuando momentos em que a favela foi ameaçada de desocupação. Aponta como uma das lutas da ONG, em relação ao projeto de urbanização do Santa Marta, foi importante e gerou um processo de união da comunidade. Porém, o projeto foi interrompido inesperadamente, não acontecendo, em sua totalidade, como planejado. Nesse período, o Grupo ECO atuou buscando as razões para a interrupção e lutando por sua continuidade, sem sucesso. Em 2011, o processo de urbanização retornou, porém, sem a participação dos moradores, mas também não foi finalizado. Como fruto desse processo,

obras abandonadas no território foram invadidas por usuários de craque e, hoje, isso se tornou uma questão para o local.

Ressalta que o encontro neste evento está sendo muito importante para a criação de articulações e que, atualmente, eles brigam pela urbanização completa do Santa Marta com as melhorias na infraestrutura da favela. Resume, então, a necessidade de mobilização e apoio dos governos e que só a união entre as favelas tornará possível essa conquista do direito à urbanização, não só do Santa Marta, mas de outras favelas do Rio de Janeiro.

David Amen inicia sua fala se apresentando e dizendo que é um dos fundadores do Raízes em Movimento, que surgiu com o intuito de realizar algo significativo dentro de sua comunidade, no Complexo do Alemão. O que o mobilizou foi pensar como era possível uma comunidade tão grande não ter serviços como o dos Correios disponíveis. Entendeu, assim, que só um movimento vindo de dentro poderia mudar as situações da favela.

Dialogando com a fala da Simone, ele entra na questão das infraestruturas de esgoto e água. Conta que, em um movimento de resgate da história do Complexo, descobriu que há apenas alguns anos ainda não havia esgoto e água encanada na comunidade. Pontua como a luta pela vida digna na favela vem de anos e permanece com as mesmas questões até hoje. E questiona: quantos encontros precisaremos fazer para debater a falta de uma gestão pública mais responsável direcionada para as favelas? Explica que não é apenas uma questão de investimentos financeiros, visto que financiamentos já foram direcionados, por exemplo, por meio do “PAC-Favelas”, mas não foram utilizados para o que foi prometido, e que a causa disso é falta de vontade e de projeto político.

David denuncia que a política do “PAC-Favelas” não respeitou o interesse dos favelados, expulsando moradores de territórios e causando diversos problemas à comunidade. Por isso, organizou com outros membros da favela um comitê que levantou as diferentes situações opressoras vindas desse projeto e denunciou ao poder público.

Ressalta como é importante que a comunidade faça parte dos projetos que ocorrem internamente. Por isso, o Raízes em Movimento está sempre se articulando com agentes locais e também de fora da favela. Ele denuncia espaços abandonados pelo PAC, áreas que foram desocupadas e cujos terrenos, depois, foram abandonados. Raízes em Movimento ocupou um desses espaços, assim como moradores ocuparam outros, cuidando de seu território.

Por fim, David fala sobre o Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão, ação promovida pelo Raízes em Movimento que propõe reunir associações de moradores, artistas e atuantes no território para mostrar ao poder público as necessidades e os interesses das favelas do Complexo para a construção de políticas públicas.

Renan Oliveira, representante do Morro do Borel, segue a fala da mesa, se apresentando e falando sobre seu projeto, Coletivo Brota na Laje, que surgiu com a intenção de agregar outros jovens da favela na discussão sobre o direito à cidade. Renan conta que ele e seus colegas do coletivo foram os primeiros de sua família a ter acesso à universidade e, a partir disso, falam do direito de acesso pelos jovens periféricos aos espaços e bens da cidade. Por isso, uma das mais importantes ações do coletivo é o Pré-vestibular Popular.

Renan ressalta o pensamento sobre como criar possibilidades de articulação com participação das comunidades e

fala sobre dificuldades e demandas do território. Ele afirma ter participado, recentemente, de um projeto do Ibase em que aprendeu a importância do censo como caminho para entender a comunidade e saber que direitos estão sendo violados, como o direito à segurança, à água, à cultura e ao lazer.

Ele acredita que, nas favelas localizadas em espaços valorizados da cidade, sempre haverá dificuldades para que os moradores garantam seu direito de permanência. Ao mesmo tempo, sobre a descontinuidade das políticas públicas, ele cita o descaso com o território do Borel que causou desabamento de encostas com vítimas fatais, além de espaços que foram degradados e geraram lixões. No Salgueiro, essa descontinuidade causou desmatamento e perda de espécies de árvores e animais.

Retoma, então, que o censo é importante para materializar as necessidades do espaço e lutar pela garantia desses direitos. Além disso, ressalta que a favela se tornou uma prioridade internacional e cita o programa habitacional da ONU. Afirma que pensar uma forma integrada entre os governos, em todas as instâncias, os conselhos e a comunidade é a forma possível para construir uma política pública efetiva para a favela.

Thuane Nascimento abre sua fala agradecendo e se apresentando: é da Favela Vila Operária (Duque de Caxias) e atua no Movimento Caxias. Ela traz o trabalho que tem feito em termos de resistência. Thuane conta que, com a pandemia, houve um processo de retornar ao seu território, pois passava mais tempo em casa, e atuou em ações sociais, como a doação de cestas básicas. A partir daí, integrou o Movimento Caxias em busca da luta pelo direito à cidade. Ela disse que sua bagagem no movimento popular contribuiu para sua atuação em seu território, trazendo questões de direito à cidade. Atualmente, ela integra a “Coalizão Negra por Direitos”, na qual pautam o direito à cidade dentro

do debate sobre o racismo ambiental. Ela narra o fato de que a Favela Beira-Mar, próxima ao seu território, fica às margens da Baía de Guanabara, local não acessível à população por conta do racismo ambiental, que gerou a poluição do espaço e impossibilitou que os moradores tivessem acesso à baía como um espaço de lazer.

A demanda por aproximar e ouvir os territórios fez o Movimento Caxias se reconhecer e ocupar espaços. Criaram, então, a Câmara Popular de Duque de Caxias (Capop) para vencer a falta de espaço de participação na Câmara Municipal. Com isso, elegeram 22 vereadores e, a partir deles, podem participar da discussão para construção de políticas públicas.

Thuane afirma, no entanto, que o Movimento Caxias também pensa possibilidades de ação fora da política institucional, que também sofre influência direta da milícia da cidade de Duque de Caxias.

Narra, então, uma dessas ações, que foi o apoio à luta contra a desocupação em uma das favelas de Caxias quando o Movimento Caxias batalhou para evitar a desocupação e promover, com o poder público, assistência às famílias. Hoje, há uma lei que garante o direito ao aluguel social às famílias que forem removidas.

Por fim, Thuane traz à lembrança de que Caxias sofre com o racismo religioso. Historicamente, os espaços das religiões de matrizes africanas foram desapropriados no território. Ela cita que Caxias ainda é um espaço negro na cor da pele, porém, não em sua cultura. Com isso, ressalta a esperança que se abriu com a vitória da Escola de Samba Grande Rio no Carnaval 2022, que trouxe Exu como tema do desfile.

Mariane inicia se apresentando. Ela é cria do Complexo da Maré, e conta que atuou como professora da educação infantil

em uma escola de elite no Rio de Janeiro, mas, inquieta com esse espaço, voltou para trabalhar em seu território na Redes da Maré. Fazendo uma comparação entre essas duas experiências, ela narra um exercício que fazia com as crianças, chamado Mapa Afetivo, e relata a diferença entre as visões das crianças da Zona Sul e as da favela. Assim, começou a trabalhar com educação pautando o direito à cidade e, atualmente, dentro da Redes, atua com questões socioambientais.

Ao falar sobre a grandeza do Complexo da Maré, ela cita que o território tem 146 mil moradores e 47 mil domicílios, sendo maior que 95% das cidades do Brasil. Ela destaca que o descaso aos espaços da favela não é fruto da falta de verba, mas da falta de agenda política. Dentro desse território, o coletivo em que Mariane atuase questiona sobre como trazer os moradores para a discussão e como mobilizar para a ação com a Redes.

Mariane narra o surgimento da Redes da Maré, na década de 80, que veio a partir da discussão sobre questões de saneamento básico e água encanada, pauta que se faz presente até hoje e que, para ela, é um tema central.

A Redes tem como estratégia a mobilização, a articulação, a formação e, atualmente, a insurgência política. As três primeiras trouxeram a importância de dialogar com a comunidade para que os projetos sejam efetivos e se concretizem partindo da necessidade real dos moradores. Durante a pandemia, viram o cenário de extrema pobreza dentro do território da Maré e começaram a pautar questões de segurança alimentar e soberania alimentar.

A partir deste ano, estão se questionando: como produzir a inquietação no morador para que ele possa estar junto na mobilização política? Ela cita, então, alguns desses projetos.

Mariane traz a questão da diferença entre conscientizar e sensibilizar. Esta última já está ligada não apenas a informar, mas a demonstrar as implicações ligadas aos problemas do território, mobilizar e trazer o entendimento de que essa realidade é mutável. Cita o exemplo da Campanha de Mobilização Climão, em que criaram personagens para dialogar com os moradores através de charges com base em conversas ouvidas nas ruas. Mariane ressalta esse fator como o motivo de sucesso na campanha. A nova perspectiva da Redes da Maré é, então, continuar na busca de sensibilizar a população local.

Felipe faz algumas pontuações sobre as falas da mesa. Ele destaca a questão do saneamento básico, pontuando a privatização da Cedae e o fato de o governo do Rio de Janeiro estar recebendo uma grande quantidade de recursos por conta dessa venda. Felipe ressalta que o dinheiro deveria ir para o Fundo de Saneamento Básico, mas que o governo não abriu a conta e, agora, a verba será gasta à mercê do interesse do governo. Ele ressalta que esse fato não pode passar batido e precisa ser discutido nos próximos meses. Outro ponto que ele traz é sobre as reuniões de planejamento, destacando que é muito importante a discussão nos territórios sobre isso. Por fim, ele fala sobre a Conferência Popular e a importância de participação de todos. Sandra complementa afirmando que o relatório a ser preenchido pelas unidades locais para a Conferência Popular pergunta sobre as pautas levantadas neste encontro justamente para que elas possam integrar as discussões que deverão acontecer lá.

Sandra também pontua o porquê do Ibase ter proposto o encontro com o tema da favela. Primeiro, por ser o território sobre o qual a instituição atua. Segundo, por entender a necessi-

dade da favela estar representada e ter espaço para trazer suas questões específicas. O Ibase entende que as pautas da favela têm que ter visibilidade dentro das discussões sobre o direito à cidade. Ressalta ainda que é importante ter a continuidade de algumas discussões travadas nas mesas durante o dia. Sandra destaca, como já foi colocado, que a descontinuidade das ações nas favelas é um plano de governo.

O Ibase se propõe a abrir o espaço de debate, de resistência e insurgência para fortalecer o movimento e a integração das favelas. Por isso, Sandra reafirma a importância de todos os presentes participarem da Conferência Popular e se engajarem nas discussões.

Simone concorda com Sandra sobre a importância de estarem em coletivo, articulados, até para exigir transparência nos projetos públicos direcionados à favela.

### **Debate com participação da plateia**

Mauro André traz duas perguntas para a mesa. A primeira é sobre como trabalhar a incidência climática em uma cidade em que essa pauta não é importante para o poder público. E, para Renan, pergunta como ele se vê jovem e parte da construção da política pública ambiental. Ele pontua que sente falta dos jovens no espaço de discussão do Conselho do Meio Ambiente, do qual faz parte.

Maurício, da Redes da Maré, questiona que, durante o dia, foi falado dos poderes executivo e legislativo nas pautas da favela, mas que pouco foi falado sobre o judiciário, citando o que foi pontuado sobre usucapião. Ele afirma que a informação sobre seus direitos não chega à população favelada. Ele sugere que se discuta a ocupação dos espaços pautando essa questão dos direitos da população.

Sandra pontua que Renan poderia falar sobre essa questão por trabalhar em um projeto do Ibase sobre acesso à justiça.

Renan responde que o projeto no qual atua nasce a partir de uma necessidade de ouvir a demanda da população para diagnosticar as necessidades de mobilização. Ele cita exemplos de ações do projeto e afirma que o acesso à justiça ainda é visto de maneira muito individual, sendo importante buscar caminhos para pensar a questão coletivamente. Por isso, fizeram campanhas e manifestos com intuito de chegar até os espaços jurídicos e gerar incidências.

Ele pontua a dificuldade de trabalhar com acesso à justiça pela burocracia e pela dificuldade de acesso às informações, como entender termos e acompanhar processos. Ele cita a importância da mobilização da comunidade ao redor dessa questão, da participação em conselhos e da criação de redes. Finalizando, pontua a importância de a juventude ocupar espaços abertos anteriormente por outros.

Thuane fala que a favela precisa estar sempre atenta ao debate do acesso ao direito e suas colocações. É preciso entender o que interessa à comunidade em relação ao direito: ela exemplifica com comunidades quilombolas que não quiseram reivindicar seu direito à terra pela usucapião com medo da justiça virar contra ela e desapropriar o território. Isso é saber produzir resistência dentro das instituições.

Já sobre a questão do direito ambiental, Thuane pontua que as questões climáticas são colocadas pelas pessoas brancas ricas como algo para o futuro, porém, para a população preta da favela, é uma urgência, pois a falta de saneamento e água, por exemplo, já é uma realidade. Este é, portanto, um debate necessário! Outro ponto sobre o debate atual do clima citado por Thuane é a ideia de “vamos mudar o planeta”, discurso

que não abarca o questionamento sobre o sistema capitalista que está gerando a emergência climática. Ao mesmo tempo, ela ressalta que essas discussões estão sendo levadas a espaços como o da Conferência do Clima (COP).

Simone pontua a necessidade de a sociedade civil fiscalizar os compromissos assumidos pelo nosso país em conferências como a COP. Em relação a isso, Thuane completa que a forma como eles pontuam as decisões das conferências é também feito de maneira deslocada da realidade concreta dos moradores da cidade, fazendo que não haja mobilização popular de cobrança por esses pontos.

Mauro André pontua como mobilizar a população das favelas e sociedade civil sobre mudanças climáticas, citando projetos feitos nas escolas da Zona Oeste como exemplos de ação de formação que contribuem para trazer questões mundiais para mais próximo do seu cotidiano e de seu território.

A black and white photograph showing a building under construction. The structure is made of concrete blocks and has a doorway. In the foreground, a white cloth or sheet is hanging over a railing. To the left, there is a pile of debris and some wooden structures. The overall scene suggests a makeshift or temporary living space.

TRÊS

# FAVELAS - UMA CONDIÇÃO URBANA DE CARÁTER NACIONAL



FOTO DE SAMUEL TOSTA/ARQUIVO IBASE

Por Athayde Motta, antropólogo e diretor do Ibase; e Rita Corrêa Brandão, especialista em indicadores sociais e diretora do Ibase

Na segunda metade do século 20, o Brasil se tornou um país urbano, pois mais de 50% de sua população passou a residir em cidades. Em 1970, 55,9% da população já vivia nelas. Em 2010, o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a população urbana brasileira chegava a 84,35%, ou seja, oito entre cada dez habitantes do Brasil

residiam em cidades<sup>1</sup>. Até 2050, a população brasileira que vive em centros urbanos deve chegar a 93,6%, de acordo com projeções da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em termos territoriais, do fim da década de 1980 até 2022, as áreas urbanizadas no Brasil dobraram de tamanho<sup>2</sup>, passando de 2,1 milhões de hectares para 4,1 milhões de hectares, com destaque para o crescimento das favelas.

O Censo Demográfico de 2010 já apontava um total de 6.329 aglomerados subnormais<sup>3</sup> (nome atribuído a favelas, periferias e espaços informais de ocupação) com 3,2 milhões de casas em 323 cidades. De acordo com o IBGE, são formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizadas por um padrão urbanístico também irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. As populações dessas comunidades vivem sob condições socioeconômicas, de saneamento e de moradias precárias (NOVAES, 2020).

Os dados estimados para o ano de 2019 informam que o número de aglomerados subnormais mais que dobrou desde o último censo, chegando a um número de 13.151 no país, com 5,1 milhões de casas, distribuídos por 734 municípios em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

**1** De acordo com o Censo Brasileiro de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), 67 municípios tinham 100% de sua população vivendo em situação urbana e 775, com mais de 90% de área urbana.

**2** Dados da pesquisa realizada pelo Projeto MapBiomias — Mapeamento anual do uso e cobertura da terra no Brasil, 2021. Ver também Souza JR. et al, 2020.

**3** Aglomerados subnormais são comumente chamados por várias denominações de acordo com a região do Brasil, como favela, invasão, periferias, grota, baixada, comunidade, mocambo, palafita, loteamento, ressaca, vila, entre outros (NOVAES, 2020).

Em termos populacionais, existem, no Brasil, aproximadamente, 13,6 milhões de pessoas morando em favelas<sup>4</sup> localizadas, sobretudo, nas capitais e regiões metropolitanas do país. A favela, portanto, é uma condição urbana de caráter nacional.

Em percentuais, a população residente em favelas está distribuída da seguinte maneira: a Região Norte possui 6% de pessoas vivendo em favelas, sendo que os estados do Pará, do Amapá e do Amazonas possuem percentuais de 17%, 16% e 11%, respectivamente. Na Região Nordeste, há 6%, sendo que o estado de Pernambuco tem 10%. O Centro-Oeste é a região do país com menor percentual de pessoas vivendo em favelas, com apenas 1%, seguido pela Região Sul, que tem 2%. No Sudeste, temos 7% da população em favelas, com destaque para o Rio de Janeiro, que é o único estado da região com mais de 10% vivendo em favelas (13%).

Com relação à composição em termos raciais e de gênero, 67% das pessoas que vivem em favelas são negras, 12% a mais do que a composição total de brasileiros e brasileiras, na qual o percentual é de 55%. Com relação ao gênero, 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras. Portanto, é legítimo afirmar que favelas são territórios essencialmente negros onde prevalece a presença de mulheres negras.

<sup>4</sup> Os dados são do estudo publicado pelo Instituto Data Favela (2021), em parceria com o Instituto Locomotiva — Pesquisa e Estratégia e a Central Única das Favelas (Cufa). A pesquisa foi feita com 2.087 pessoas maiores de 16 anos, em 76 favelas de todas as unidades da federação, no período de 9 a 11 de fevereiro de 2021. A margem de erro é de 2,1 pontos percentuais.

## SERVIÇOS BÁSICOS E GARANTIA DE DIREITOS

Quando analisamos dados sobre o acesso à infraestrutura urbana no país, vemos que cerca de 35 milhões de pessoas — o que corresponde a mais de 16% da população brasileira — não têm acesso à água tratada. Cem milhões de pessoas, quase metade da população do Brasil (47%), vivem ainda sem acesso a sistemas de esgotamento sanitário (BRASIL, 2019). Sabemos que boa parte desses dados diz respeito às favelas e periferias, onde a garantia plena de direitos de cidadania não é efetivada, não correspondendo aos padrões observados nos setores “formais” da cidade. O saneamento básico, como os demais direitos assegurados em nossa Constituição, deve ser realizado a partir do princípio da universalização e da integralidade de acesso ao serviço como direito de cidadania, o que, via de regra, não ocorre nas favelas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2010, reconheceu o acesso à água potável e segura e ao saneamento básico como direitos essenciais para o gozo pleno da vida e de todos os demais direitos humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010). Além de constar da Nova Agenda Urbana, a garantia de água potável e saneamento para todos é a sexta meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), prevista para ser cumprida pelos países signatários, incluindo o Brasil, até 2030.

O acesso à água e ao saneamento básico são decorrentes direitos do princípio da dignidade da pessoa humana, assim, é essencial que sejam garantidos a todas as pessoas, sem distinção.

A produção do espaço urbano no Brasil caminha intimamente ligada a processos de liberalização do mercado de terras e de moradia. A distribuição da população nos diversos territórios das cidades tem, dentre seus impulsionadores centrais, os preços imobiliários de cada local em determinado momento, tendo

como consequência o reforço das desigualdades sociais na organização do espaço urbano e a persistência de espaços de exclusão.

A organização da dinâmica social e o planejamento territorial respondem a lógica do valor dos espaços e das populações que neles podem habitar. Apresentam-se como respostas às expectativas socialmente construídas e explícitas na expansão prioritária e garantidora de direitos consolidados em infraestrutura urbana de melhor qualidade nas áreas centrais e mais ricas das cidades, assim como nas implantações tardias, pontuais e descontinuadas nas áreas mais empobrecidas e periféricas.

A pandemia do coronavírus ajudou a evidenciar as mazelas causadas por essa desigual produção do espaço urbano e o quanto isso deve implicar toda a sociedade. A falta de saneamento básico, de água e de moradia digna, essenciais no combate ao contágio e ao controle da pandemia, evidenciaram as desigualdades de acesso a serviços básicos e essenciais que asseguram o direito à vida e à saúde da população mais vulnerável, o que diz respeito a todos e todas nós enquanto sociedade.

Cidades mais justas e igualitárias, onde todos e todas têm direitos básicos garantidos e nenhuma pessoa tem seu direito humano violado, deve ser uma meta perseguida pelos governantes e pela sociedade para assegurar sociedades mais fortalecidas social, ambiental e economicamente.

## **FAVELA É CIDADE!**

Para romper essa lógica de exclusão na cidade, precisamos ser capazes de promover efeitos de reestruturação no espaço urbano. Os diversos atores envolvidos devem ter a oportunidade de discutir e interferir em ações concretas de soluções para um

conjunto de problemas sociais, culturais e ambientais vivenciados, principalmente, pelos espaços de favelas e periferias.

Se a história recente do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil revela que a cidade foi tratada como lugar da produção de desigualdades sociais (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003) e exclusão, consolidar novas práticas requer a ampliação dos espaços de diálogo e decisão a partir de uma nova dinâmica de interação entre os atores envolvidos. A favela deve ser alçada a uma questão nacional, com o investimento de recursos e o escopo de uma política pública federal.

O controle social é um dos pilares do estado democrático de direito que precisamos garantir. Trata-se do conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade não somente informações, mas a participação nos processos de formulação, de planejamento e de avaliação de políticas públicas e deve ser recolocado na cena política da discussão das cidades como um princípio fundamental.

Discutir a cidade é discutir planejamento e gestão de forma integrada. Cabem às gestões municipais, o controle e o ordenamento do uso e da ocupação do solo. O abastecimento de água e esgotamento sanitário são, em geral, tarefas de companhias estaduais. No entanto, é fundamental haver um esforço conjunto entre as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal para prover não somente saneamento e habitação, mas também transporte, educação, saúde, trabalho e segurança pública de forma a gerar o desenvolvimento integrado das cidades. Territórios de favelas e periferias, portanto, precisam ser incluídos em processos de planejamento e de gestão integrados.

Para os projetos de cidades pós-pandemia, precisamos garantir o financiamento contínuo para as políticas urbanas

com recursos de diversas fontes, assegurar a participação popular nos processos decisórios e conquistar o compromisso irremediável de governantes com o efetivo acesso aos direitos humanos relativos a uma vida com dignidade e cidadania nos territórios de favelas e periferias.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos — 2018**. Brasília, DF: SNS/MDR, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2022.

NOVAES, Maikon Roberth de (coord.). **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 19 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010**. O direito humano à água e ao saneamento. [S. l.]: ONU, 2010. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/479/35/PDF/N0947935.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Projeto MapBiomas. **Mapeamento anual de cobertura e uso da terra do Brasil** — Coleção 6 (1985-2020). São Paulo: MapBiomas, 2021. Disponível em: [https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomas\\_Infra\\_Urbana\\_Novembro\\_2021\\_04112021\\_OK.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomas_Infra_Urbana_Novembro_2021_04112021_OK.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **EURE — Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago, v. 29, n. 88, p. 79-95, dic. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612003008800004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008800004&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2022.

SOUZA JR., Carlos M. et al. Reconstructing three decades of land use and land cover changes in brazilian biomes with landsat archive and earth engine. **Remote Sensing**, [s. l.], v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735/htm>. Acesso em: 19 maio 2022.



QUATRO



# CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE - SP



FOTO DE MALCON DOUGLAS/ARQUIVO IBASE

O Ibase participou ativamente da organização da Conferência Popular pelo Direito à Cidade que aconteceu nos dias 03,04 e 05 de junho em várias localidades de São Paulo. Estiveram presentes no encontro entidades, coletivos, grupos de direitos humanos e movimentos populares, que teve como objetivo construir democraticamente uma plataforma de lutas urbanas voltadas para o combate dos problemas apresentados pelo cotidiano urbano de nossas cidades.

Neste encontro foram debatidos diversos temas e construídas coletivamente propostas de lutas urbanas nacional, regionais e locais, que consolidaram uma Plataforma de Lutas Populares pelo Direito à Cidade. Este esforço visa contribuir para o fortalecimento de redes de resistências, mobilizações e articulações permanentes na luta por cidades mais justas, plurais, sustentáveis e democráticas.

No primeiro dia da Conferência foi realizada uma Marcha Popular pelo Direito à Cidade, com a participação de entidades e movimentos sociais, que percorreram ruas do Centro de SP. No final deste dia ocorreu a abertura oficial da Conferência, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

No dia seguinte aconteceram 16 oficinas temáticas organizadas em vários locais, com participação das representatividades presentes no evento, para debater e consolidar as propostas apresentadas nos 230 encontros preparatórios realizados nacionalmente. Foram debatidas propostas voltadas para moradia popular; saúde e saneamento; preservação do meio ambiente e adaptação à crise climática; mobilidade e acessibilidade; trabalho e renda; democracia urbana; acesso a equipamentos culturais; dinamização de atividades artísticas e esportivas; cidadania das pessoas jovens e idosas; pelos direitos da população em situação de rua, das favelas/periferias e dos povos originários; bem como, propostas de lutas antirracistas; contra discriminação de pessoas com deficiência e contra opressões de gênero e LGBTQIA+.

O Ibase participou da Oficina “Favelas e Periferias na luta pelo direito à cidade”. Estiveram presentes representando a ONG o diretor Athayde Motta, a diretora Rita Corrêa Brandão e a assessora da direção Sandra Jouan, bem como, viabilizada a participação de quatro lideranças comunitárias de favelas do

Rio de Janeiro: Alan Brum Pinheiro, do Complexo do Alemão; Cosme Felippsen, do Morro da Providência; Ruth Sales, da Favela da Indiana; e Antonio Firmino, da Rocinha. Julgamos fundamental a participação do Ibase e das lideranças de favelas do Rio de Janeiro na proposição e aprovação das propostas sintetizadas apresentadas nesta oficina, havendo somente novas redações de duas propostas e uma sugestão de supressão de uma cuja redação não estava clara. Para os participantes é necessário tornar central na discussão do Direito à Cidade o tema das favelas e periferias.

No último dia da conferência realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ocorreu a Plenária de apresentação das propostas alinhadas durante as oficinas e de aprovação do documento final do encontro, bem como, a aprovação da “Carta Política” da Conferência e moções de repúdio.



CINCO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



FOTO DE MALCON DOUGLAS/ARQUIVO IBASE

Nos últimos anos, as cidades que abrigam a maior parte da população brasileira, se deparam com o aumento da desigualdade social e o aprofundamento da crise ambiental, agravando neste processo aspectos urbanos desagregadores tais como o colapso do sistema de transportes, deficiências do saneamento básico, falta de moradia, concentração e desigual distribuição dos equipamentos públicos, o aumento dos níveis de poluição e da violência. Esta realidade aprofunda a necessidade de se discutir o direito à cidade, como um bem para todas e todos cidadãs(ãos), que no decorrer das últimas décadas veem seus direitos fundamentais profundamente violados.

A Conferência revelou a importância da retomada da discussão da temática urbana, sobretudo, da necessidade de se resgatar nossas cidades como lugares de vida comuns, onde a diversidade de movimentos e lutas urbanas possam se reconhecer e conviver, possibilitando convergências para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Conforme já apontado neste documento o crescimento populacional urbano tem se concentrado, sobretudo, nas porções periféricas das cidades brasileira, com grande concentração de moradias localizadas em favelas e periferias urbanas.

Temos clareza que esta é uma realidade social complexa, na qual atuam fatores como a precarização das condições de vida, do trabalho, da educação, o desemprego, a desigualdade econômica, o déficit habitacional etc. Todos esses fatores estão intrinsecamente interligados às condições de vida das favelas e periferias.

As favelas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio territorial e servir de referência para elaboração de políticas públicas apropriadas a estes espaços, garantindo acesso aos serviços, como direitos. Na reflexão sobre a produção e do espaço urbano é preciso respeitar a construção histórica diferenciada das favelas e periferias e reconhecer suas singularidades.

Temos que incorporar na luta pelo direito à cidade o olhar dos grupos invisibilizados das favelas e periferias, buscando refletir sobre as desigualdades sociais e ambientais, bem como, de gênero, raça e outras, de forma a garantir que sejam sujeitos na definição de suas vidas nas cidades. A participação nos espaços de poder e decisão política destes territórios excluídos precisa ser colocada na ordem do dia, não somente na pauta de luta dos que vivem esta exclusão, mas na luta de qualquer cidadão ou cidadã que deseje mais democracia, mais diversidade e mais garantias de direito na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Sobre a participação na conferência, Alan Brum Pinheiro, do Instituto Raízes em Movimento, ressaltou o quanto foi significativo reverberar as lutas locais das favelas do Rio de Janeiro com várias pessoas de diversos locais do Brasil: “Essa troca nos fortalece por reconhecer uns nos outros e reafirmar que nossas lutas são as mesmas, apesar da rica diversidade de vivências, escolhas e estratégias de ações. Entendo que poder refletir e formular coletivamente caminhos possíveis para uma cidade mais inclusiva, fraterna e democrática permitirá maior incidência nas políticas públicas que garantam os direitos mais básicos para todas(os). E foi com essa energia e sinergia que a conferência nos fez perceber e reviver que um novo mundo é possível, onde a centralidade reside na vida, digna e plena como direito primeiro e fundamental. Que esta conferência tenha sido um recomeço para esta construção social. Juntas, juntos e juntes”.



**ibase**

INSTITUTO BRASILEIRO  
DE ANÁLISES SOCIAIS  
E ECONÔMICAS